



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3462/2024  
Data: 17/12/2024 - Horário: 11:49  
Legislativo

## PROJETO DE LEI Nº /2024

### DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COLOCAÇÃO DE ETIQUETAS EM BRAILLE EM PEÇAS DE VESTUÁRIO, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

#### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS RESOLVE:

**Art. 1º** Ficam as empresas do setor têxtil obrigadas a identificarem as peças de vestuário pelas mesmas produzidas com etiquetas em braile ou outro meio acessível que atenda as pessoas com deficiência.

§ 1º As etiquetas de que trata o caput deste artigo deverão conter, no mínimo, informações quanto a cor e tamanho da peça.

§ 2º Fica vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza pelas empresas do setor têxtil para o cumprimento do disposto nesta Lei.

**Art. 2º** O descumprimento ao que dispõe a presente lei acarretará na aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser revertida para o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON.

*Parágrafo único.* A multa de que trata este artigo será aplicada em dobro no caso de reincidência, não obstante as demais cominações legais previstas no Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das sessões,

de

de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

**JUSTIFICATIVA**

Este Projeto de Lei visa tornar obrigatória a inserção de etiquetas em braile nas peças de vestuário comercializadas no Estado de Alagoas. Esta medida tem como objetivo promover a acessibilidade e proporcionar mais independência à pessoa com deficiência visual, assegurando-lhes maior autonomia na identificação de suas roupas e promovendo a inclusão em um segmento fundamental da vida cotidiana: o vestuário.

A acessibilidade não se limita à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também envolve garantir que as pessoas com deficiência tenham uma vida plena, digna e independente, o que inclui o direito de se vestirem com liberdade e autonomia. O acesso a informações básicas, como o tipo de roupa, composição e cuidados necessários, deve ser universal, sem exceção.

O presente Projeto de Lei é fundamentado nos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana, conforme estabelece o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, que preceitua que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Além disso, o artigo 8º do Estatuto da Pessoa com Deficiência reforça que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar os direitos das pessoas com deficiência, com prioridade, garantindo-lhes acesso à educação, saúde, trabalho, cultura e, por conseguinte, à acessibilidade e à dignidade.

O artigo 8º do Estatuto da Pessoa com Deficiência aduz:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A inclusão de etiquetas em braile nos vestuários é uma prática simples, mas essencial para promover a igualdade de oportunidades. Pessoas com deficiência visual enfrentam desafios diários para identificar e cuidar de suas roupas, o que pode levar à dependência de terceiros para tarefas que deveriam ser realizadas de forma independente. Garantir o acesso à informação sobre as peças de vestuário por meio de etiquetas em braile representa um avanço significativo para a inclusão social, além de contribuir para a promoção da cidadania plena.

Diante disso, a implementação dessa medida contribuirá para que a pessoa com deficiência visual se sinta mais incluída e respeitada em sua autonomia e dignidade, além de promover a igualdade de direitos no mercado de consumo.

Portanto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a apreciação e aprovação deste importante Projeto de Lei, que visa garantir mais dignidade e liberdade para as pessoas com deficiência, promovendo a inclusão de forma efetiva e abrangente no Estado de Alagoas.

Sala das sessões,

de de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL.